



**UNICEPLAC**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

**Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC**  
**Curso de Pedagogia**  
**Trabalho de Conclusão de Curso**

**A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no sistema regular de ensino para promoção de aprendizagens**

Gama-DF  
2022

**LUANA LIMA DE SOUZA**

**A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no sistema regular de ensino para promoção de aprendizagens**

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientadora: Profa. Me. Glauciana de Araújo Soares.

Gama-DF

2022

**LUANA LIMA DE SOUZA**

**A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no sistema regular de ensino para promoção de aprendizagens**

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama-DF, 01 de dezembro de 2022.

**Banca Examinadora**

---

Profa. Glauciana de Araújo Soares  
Orientadora

---

Profa. Flávia Pinheiro Della Giustina  
Examinadora

---

Profa. Rhêmora Ferreira da Silva Urzeda  
Examinadora

# **A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no sistema regular de ensino para promoção de aprendizagens**

Luana Lima de Souza<sup>1</sup>  
Glauciana de Araújo Soares<sup>2</sup>

## **Resumo:**

O presente artigo tem como objetivo principal analisar quais as ações necessárias para garantir a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no sistema regular de ensino para promoção de aprendizagens. Para compreender como funciona a inclusão desses alunos, é preciso primeiramente ter conhecimento do contexto histórico da educação para alunos com deficiências, além de compreender os conceitos tanto de educação inclusiva quanto do transtorno do espectro autista e suas necessidades, que por lei devem ser atendidas, principalmente no âmbito escolar. Destaca-se também os desafios da inclusão do aluno e atitudes que possam colaborar para esse processo. A metodologia utilizada foi pesquisa exploratória, através de revisão bibliográfica em meio virtuais e físicos e normativas voltadas à temática.

**Palavras-chave:** Inclusão; Inclusão Escolar; Transtorno do Espectro Autista; Educação Especial.

## **Abstract:**

The main objective of this article is to analyze what actions are necessary to ensure the inclusion of students with autism spectrum disorder in the regular education system to promote learning. In order to understand how the inclusion of these students works, it is first necessary to have knowledge of the historical context of education for students with disabilities, in addition to understanding the concepts of both inclusive education and the autism spectrum disorder and their needs, which by law must be met, mainly in the school environment. It also highlights the challenges of student inclusion and attitudes that can contribute to this process. The methodology used was exploratory research, through a bibliographical review in virtual and physical environments and regulations related to the theme.

**Keywords:** Inclusion; School Inclusion; Autistic Spectrum Disorder; Special Education.

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso Pedagogia, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: luana5807@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: glauciana.soares@uniceplac.edu.br.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido abordando uma temática voltada à inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA no sistema regular de ensino, como fator essencial para o desenvolvimento das aprendizagens e superação de dificuldades apresentadas durante a sua formação.

Neste contexto, o objetivo geral deste artigo é analisar ações necessárias para garantir a inclusão de alunos com TEA dentro do sistema regular de ensino para promoção de aprendizagens. Além dos objetivos específicos que são: definir os conceitos de TEA; apresentar o contexto histórico da educação especial e inclusiva no Brasil e por fim identificar quais os desafios de inclusão do aluno com TEA, exemplificando atitudes que garantam a mesma. Assim, a problemática do estudo se dá através da seguinte pergunta: Quais ações são necessárias para garantir a inclusão de alunos com TEA dentro do sistema regular de ensino para promoção de aprendizagens?

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996) preferencialmente, os alunos com deficiências devem ser encaminhados para as classes regulares de ensino. Essa medida é tomada com o objetivo de proporcionar o convívio com outras crianças sem deficiência alguma, o que contribui para a formação integral do aluno, através da inclusão.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) garante ao cidadão direitos, entre eles, o direito ao acesso à educação. Assim, o aluno com TEA, como qualquer cidadão, também está resguardado por esse direito. Durante sua formação, esse aluno apresenta dificuldades que podem interferir diretamente em suas aprendizagens e socialização. A hipótese apresentada neste artigo argumenta que essas dificuldades possam ser superadas através da inclusão, com o auxílio da comunidade escolar, família e alunos.

A escolha do tema se justifica pela necessidade de garantir que durante o seu processo de aprendizagem, principalmente dentro da modalidade regular de ensino, onde necessitam de um atendimento especializado, os alunos tenham uma educação inclusiva que contribua para uma aprendizagem efetiva.

Sendo assim, o presente artigo foi elaborado da seguinte forma: Além da introdução, o item 2 apresenta uma revisão de literatura onde serão definidos os conceitos de TEA; contexto

histórico da educação especial e inclusiva no Brasil, apresentando o início da educação para esses alunos até chegarmos ao modelo atual de educação e identificar os desafios da inclusão do aluno com TEA, exemplificando atitudes que garantam a inclusão.

O item 3 apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração deste trabalho. Já no item 4, apresenta-se a análise dos dados obtidos através do presente estudo e por fim, o item 5 traz as considerações finais, momento onde a ideia da importância da inclusão é reforçada.

## **2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA: O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO**

### **2.1. Transtorno do Espectro Autista: Conceitos e definições**

O psiquiatra Leo Kanner, nascido na Ucrânia, foi o primeiro autor a caracterizar o termo autismo como um transtorno, a partir de um estudo realizado através da observação de crianças com até três anos que apresentavam características como restrição alimentar, movimentos repetitivos, estabelecimento de rotina, interação com objetos ao invés de pessoas, linguagem incomum e falhas no uso da linguagem, incluindo pronomes inapropriados.. Kanner inicialmente definiu essa série de comportamentos como distúrbios autísticos do contato afetivo e, logo após, como autismo infantil precoce. (KANNER, 1943).

Após a análise de Kanner, em 1944 o psiquiatra austríaco Hans Asperger, também realizou um estudo através da observação de crianças, com uma síndrome denominada como Psicopatia Autística Infantil. A síndrome também era caracterizada por dificuldades de interação social das crianças e aparente ausência de sentimentos, mas que, à diferença das descritas por Kanner, possuíam um bom nível de inteligência e linguagem, inclusive desenvolvendo a fala precocemente. (ASPERGER, 2015)

Após as definições dos autores supracitados, o termo Autismo passou a ser mais evidenciado. Mas, foi somente no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais-DSM III, em 1980, que o termo passou a ter uma definição psiquiátrica. Em sua IV edição, o Manual Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais, subdivide o autismo em transtornos com características específicas estudadas anteriormente, das quais destacam-se o autismo infantil precoce, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno de Asperger e o autismo de Kanner. (APA, 2014)

Atualmente, o Transtorno do Espectro Autista é a nomenclatura utilizada para definição. O termo caracteriza-se como um transtorno do neurodesenvolvimento e engloba todas as nomenclaturas que anteriormente eram estudadas de forma independente. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM V caracteriza o transtorno do espectro autista como:

...déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (APA, 2014, p. 108).

A partir da definição de TEA apresentada pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM V é possível perceber que o mesmo é caracterizado principalmente por um padrão comportamental. Para auxiliar na conclusão de um diagnóstico de TEA, além da observação comportamental, comumente são realizados também exames laboratoriais e de imagem, para confirmar se o comportamento está sendo provocado por alguma outra deficiência ou se está ligado somente ao TEA. (MONTENEGRO; CELERI; CASELLA, 2018)

Independente da nomenclatura atribuída desde as contribuições de Kanner até os dias atuais, o importante é sempre estar atento aos sinais que a criança apresenta e que possam estar ligados ao TEA. Quanto mais breve a percepção, maiores as chances de diagnóstico precoce e de auxílio de uma equipe multiprofissional, para proporcionar à criança oportunidades de levar uma vida mais tranquila em todos os aspectos, inclusive no âmbito educacional, através de um acompanhamento. (MONTENEGRO; CELERI; CASELLA, 2018)

De acordo com a Lei nº 12.764/2012 a pessoa com Transtorno do Espectro Autista tem direito ao acesso à educação e ao ensino profissionalizante e caso seja evidenciada a necessidade, a pessoa que está incluída nas classes regulares de ensino, tem direito a acompanhante especializado. (BRASIL, 2012)

Observando as características de uma pessoa com TEA é visível que durante o período escolar, o aluno com esse transtorno irá necessitar de uma atenção especial tanto física, quanto pedagógica para que sejam incluídos em classes regulares e que tenham uma aprendizagem significativa. Essa atenção especial, quando não consegue ser realizada somente pelo professor, deve ser proporcionada por um acompanhante especializado, com apoio da equipe pedagógica.

## **2.2. Educação Especial x Educação Inclusiva: Breve contexto histórico da Educação no Brasil**

As definições de Educação Especial e Educação Inclusiva podem até ser confundidas, mas se tratam de conceitos distintos. Enquanto a primeira se trata de uma modalidade de ensino que tem como foco a Educação de alunos com deficiência em todos os níveis de educação (LDB, 1996), a segunda está voltada à cidadania, sem preconceitos e tem foco em incluir a todos os alunos, independente de suas características e ao invés de somente aceitar, passa a valorizar as suas diferenças. (MANTOAN, 2003)

A Educação Especial no Brasil nem sempre teve princípios educativos. Inicialmente, o seu objetivo principal era somente fazer a separação de classes entre alunos com e sem deficiência, visando contribuir para as aprendizagens do aluno sem deficiência e não apresentando preocupação alguma com o outro aluno, pois acreditava-se que o mesmo seria incapaz de aprender e de socializar com outras pessoas.

Segundo Rodrigues; Capellini e Santos (2014) a Educação Especial no Brasil, teve seu início a partir da criação do Instituto dos Meninos Cegos (atualmente conhecido como Instituto Benjamin Constant –IBC), em 1854, e do Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente conhecido como, Instituto Nacional de Educação de Surdos –INES) em 1857, na cidade do Rio de Janeiro.

Saltando-se alguns longos anos, normativas voltadas à Educação Especial entram em vigor, entre elas destacam-se a LDB (BRASIL, 1961) que em seu Art. 88 propõe a educação de excepcionais no sistema regular com o objetivo de integrá-los à comunidade; a Constituição Federal (BRASIL, 1988) que garante a educação a todos; a Declaração Mundial de Educação Para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994) que juntas vieram para reforçar os direitos da pessoa com deficiência já garantidos por lei; a LDB (BRASIL, 1996) que passa a reconhecer a Educação Especial como uma modalidade de ensino; o reconhecimento de LIBRAS como meio legal de comunicação através da lei nº 10.436 (BRASIL, 2002), a criação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que tem como objetivo garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência, orientando os sistemas de ensino para garantir que o aluno tenha acesso a educação e por fim a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146 (BRASIL, 2015) que garante um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.



A inclusão escolar, segundo Mantoan, tem por objetivo fazer com que os alunos tenham acesso ao ensino regular desde o início de sua vida escolar e que as escolas inclusivas devem apresentar uma proposta de ensino de acordo com as necessidades de todos os alunos. (MANTOAN, 2003)

A educação inclusiva visa acolher a todos os alunos, independente de sua condição e proporcionar aprendizagens e oportunidades de forma igualitária dentro dos sistemas de ensino. Através de práticas inclusivas é possível contribuir para o desenvolvimento do aluno, adaptando o ensino às suas necessidades, para que assim o mesmo se sinta confiante no seu processo de ensino.

De acordo com a perspectiva dos autores Montenegro; Celeri e Casella (2018) a ideia de “inclusão escolar bem feita, permite não só o desenvolvimento da criança incluída, mas também permite que as outras crianças possam vivenciar a diferença. Todos aprenderão que somos diferentes e ser diferente não significa ser melhor nem pior do que ninguém”.

Dessa forma, a educação inclusiva se torna uma ferramenta que contribui para a permanência do aluno na escola, visto que o mesmo é respeitado mesmo com todas as suas diferenças e se sente acolhido na instituição. A educação inclusiva não se volta somente ao aluno com deficiência, mas, no caso desses alunos, se sentir incluído auxilia no enfrentamento de suas dificuldades derivadas do TEA.

### **2.3. Inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro Autista - TEA: Desafios e ações que contribuem para o processo de inclusão**

A inclusão escolar é realizada através de uma atuação em conjunto entre comunidade escolar, alunos e família. No que tange a educação inclusiva voltada ao TEA, além de se atentar as adaptações curriculares e físicas da instituição, é preciso entender o perfil do aluno, visto que apesar do TEA ser definido por um padrão comportamental, nem todos irão apresentar os mesmos comportamentos ao mesmo tempo, isso sem levar em consideração os três graus em que o TEA pode ser definido.

O primeiro desafio identificado é por parte da família em conseguir identificar os sinais de TEA na criança. Apesar de normalmente ser descoberto por volta dos três anos de idade, a fase onde já seria prevista uma comunicação clara, algumas famílias têm dificuldades em

compreender o comportamento da criança com TEA, fazendo com que os primeiros sinais sejam identificados somente na instituição de ensino, a partir dos quatro anos de idade.

Esse fato traz mais um desafio: os professores possuem capacidade de identificar esses sinais? Durante a graduação existem matérias específicas voltadas à educação especial, onde são apresentados os conceitos de deficiências, incluindo o TEA. Mas durante a rotina, nem sempre os professores conseguem ter um olhar especial para cada aluno. De acordo com Steffen *et al.*:

Profissionais da saúde, educação e outras áreas relacionadas, que possuem a infância como foco, devem estar cada vez mais preparados para se deparar com casos de autismo nas suas práticas, sendo de extrema importância o conhecimento do tema para identificação dos sinais, diagnóstico e intervenção precoce. (STEFFEN *et al.*, 2020. p.3)

A importância desse olhar é fundamental para o diagnóstico, às vezes tardio de um aluno com TEA. Ao identificar esses sinais o professor deve encaminhar o aluno para o atendimento especializado, onde os pais, em conjunto com professor e orientação pedagógica irão discutir quais serão os próximos passos para investigação do aluno, comumente encaminhado para psicólogo, neuropediatra, fonoaudióloga.

Outro desafio que se dá através do próprio aluno TEA é conseguir conviver normalmente em um ambiente até então desconhecido, tarefa essa que não é fácil. O aluno TEA tem suas particularidades, que muitas vezes, vistas por outros alunos, podem não ser bem compreendidas. Para lidar com essas particularidades, é preciso que haja uma preparação por parte de toda a comunidade escolar.

As manifestações decorrentes do autismo podem levar ao sentimento de rejeição por parte de quem não conhece as características desse transtorno (OLIVEIRA, 2020). Dessa forma, é preciso evitar que esse sentimento seja recorrente, para que o aluno TEA não se sinta rejeitado, mas sim acolhido. Por isso é tão importante a intervenção da escola, para realizar ações em conjunto com os pais e alunos para que a temática seja conhecida por todos, buscando sempre trabalhar os conceitos de igualdade entre os alunos, contribuindo para o processo de desenvolvimento da inclusão e buscando excluir de vez o conceito de exclusão e rejeição.

Para que a inclusão do aluno TEA seja efetiva, é necessária a tomada de decisões que irão facilitar esse processo. A partir do diagnóstico de TEA, é necessário realizar o estudo de caso do aluno, juntamente com a família e equipe pedagógica para definir como será o ano letivo do mesmo. A parceria entre escola, aluno e família também se torna essencial para a formação

integral do aluno, visto que todos devem estar em consenso, sempre visando o que será melhor para o desenvolvimento do aluno.

Um fator importante tem como foco as adaptações no currículo. Oliveira (2020) apresenta a ideia de que as adaptações do currículo são uma forma de estabelecer o vínculo e até certa parceria entre pais e educadores, entrando em um consenso de vontades, visando o que é melhor para o aluno naquele momento. Essa ação pode ser tomada, caso seja necessário, para que o aluno desenvolva sua aprendizagem da mesma forma que a turma, mas no seu tempo.

Outra ação que deve ser tomada é a formação de profissionais que saibam lidar com esses alunos. Reforçando as ideias de Steffen *et al.*, a lei nº 14.254/2021 em seu Art. 5º nos traz a importância de garantir aos professores, amplo acesso à informação, e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos. (BRASIL, 2021)

É preciso que o profissional de educação tenha conhecimento do perfil dos alunos para saber como lidar com suas dificuldades do dia a dia. A realização de atividades que promovam a autonomia do aluno, ou que sejam lúdicas e realizadas em duplas/grupos, sempre respeitando seus limites de interação, são essenciais para o desenvolvimento do mesmo.

A inclusão do aluno TEA no sistema regular de ensino é essencial para promover o convívio deste aluno com outros, sem deficiência alguma. Dessa forma, a interação com pessoas de realidades diferentes contribui tanto para a evolução do aluno autista, quanto para a evolução de todos que de alguma forma estão presentes no ambiente escolar. O processo de ensino aprendizagem voltado a uma metodologia inclusiva, contribui para a aprendizagem do aluno, pois valoriza suas diferenças e respeita suas dificuldades.

### **3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

O presente artigo se trata de uma pesquisa bibliográfica, que se deu através de revisão de literatura, tendo como abordagem o método qualitativo. Para as autoras Marconi e Lakatos (2021, p.76) “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.”.

De acordo com Gil (2021), o que se busca com a pesquisa qualitativa é, mediante um processo não matemático de interpretação, descobrir conceitos e relações entre os dados e

organizá-los em um esquema explicativo. Assim, a pesquisa qualitativa não está focada exatamente em números, mas em compreender fatores e processos relacionados a uma determinada temática que vem sendo abordada por estudiosos da área.

Dessa forma, a pesquisa foi realizada tendo como base artigos científicos publicados em revistas científicas e em acervos de universidades, compreendidos no período de 1943 a 2020, livros acadêmicos tanto físicos quanto digitais (Ebook), bem como legislações pertinentes à temática abordada. A base de busca dos artigos científicos foi o Google Acadêmico e Scielo, onde foram selecionados artigos científicos, extraídos desta busca realizada a partir das seguintes palavras-chave: Inclusão; Inclusão Escolar; Transtorno do Espectro Autista e Educação Especial, além da análise de 4 livros acadêmicos e 9 documentos oficiais da legislação brasileira.

Os critérios de exclusão das bases de dados foram quaisquer documentos publicados em fontes não confiáveis, sem fundamentação teórico-científica e que expressassem opiniões próprias e sem fundamentações sobre a temática abordada. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos que não ultrapassem o período de 5 anos de publicação, exceto artigos publicados por autores clássicos da temática abordada.

A realização da pesquisa teve um período médio de três meses. No primeiro mês foi realizado o levantamento e a separação de documentos, artigos científicos e livros acadêmicos a serem utilizados como base para a construção de um referencial teórico. No segundo mês foi elaborada a revisão de literatura. No terceiro mês, foi realizada a elaboração dos elementos pré-textuais e pós-textuais que compõem todo o trabalho.

#### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

A tabela a seguir foi elaborada com normativas voltadas ao transtorno do espectro autista, inclusão e direitos à educação, além de pensamentos de todos os autores utilizados como base para a elaboração dessa pesquisa. O objetivo da tabela é facilitar a compreensão dos dados utilizados durante a pesquisa.

Tabela 1 – Autores e sua relação com os objetivos da pesquisa

---

FONTES	<b>Transtorno do Espectro Autista: Conceitos e Definições.</b>	<b>Educação Especial x Educação Inclusiva: Breve contexto histórico da Educação no Brasil</b>	<b>Inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro Autista - TEA: Desafios e ações que contribuem para o processo de inclusão</b>
APA, 2014	<p>O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.</p>		
APA, 2014	<p>O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger.</p>		
ASPERGER, 2015	<p>aprendeu a falar muito cedo; com dez meses (quer dizer, bem antes de saber andar) falou as primeiras palavras, aprendeu rapidamente a se expressar através de frases elaboradas, logo falou como uma “pessoa mais velha”.</p>		

BRASIL, 1961	A educação de excepcionais, deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.
BRASIL, 1988	A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
BRASIL, 1996	Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
BRASIL, 1994	Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
BRASIL, 2008	A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação,
BRASIL, 2012	Direito à educação e ao ensino profissionalizante. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

- BRASIL, 1990
- A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.
- BRASIL, 2002
- É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
- BRASIL, 2015
- Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.
- BRASIL, 2021
- Os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos possíveis para atendimento multissetorial, e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos.
- KANNER, 1943
- Portanto, devemos assumir que estas crianças chegaram ao mundo com uma incapacidade inata de manter um contato afetivo normal com pessoas, da mesma forma que outras crianças nascem com deficiências intelectuais ou físicas inatas.
- MANTOAN, 2003
- A inclusão escolar tem como objetivo fazer com que os alunos tenham acesso ao ensino regular desde o início de sua vida escolar e que as escolas inclusivas devem apresentar uma proposta de ensino de acordo com as necessidades de todos os alunos.

MONTENEGRO;  
CELERI; CASELLA,  
2018

A inclusão escolar assertiva bem feita, permite não só o desenvolvimento da criança incluída, mas também permite que as outras crianças possam vivenciar a diferença. Todos aprenderão que somos diferentes e ser diferente não significa ser melhor nem pior do que ninguém

OLIVEIRA, 2020

As manifestações decorrentes do autismo podem levar ao sentimento de rejeição por parte de quem não conhece as características desse transtorno

RODRIGUES;  
CAPELLINI; SANTOS,  
2014

A história da Educação Especial no Brasil tem como marcos fundamentais a criação do Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant – IBC), em 1854, e do Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES) em 1857, na cidade do Rio de Janeiro.

STEFFEN *et al.*, 2020

Profissionais da saúde, educação e outras áreas relacionadas, que possuem a infância como foco, devem estar cada vez mais preparados para se deparar com casos de autismo nas suas práticas, sendo de extrema importância o conhecimento do tema para identificação dos sinais, diagnóstico e intervenção precoce.

#### **4.1. Transtorno do Espectro Autista: Conceitos e Definições**

O termo transtorno do espectro autista pode ser considerado como um termo recente. Anterior a ele e a partir das contribuições de Kanner (1943) o termo autismo passou a ser evidenciado, traçando um perfil comportamental em crianças, que também foi estudado por Asperger (2015) um ano após as análises de Kanner. As contribuições dos autores acima foram fundamentais para compreender o padrão comportamental dessas crianças, as causas e possíveis tratamentos para amenizar os sintomas do transtorno.



Hoje, o Manual de Diagnósticos e Transtornos Mentais- DSM V (APA, 2014), apresenta características que uma criança deve apresentar para que seja diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista, entre elas, as principais são déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

O diagnóstico precoce, realizado a partir da observação dessas características é fundamental para que a criança com transtorno do espectro autista possa usufruir dos seus direitos garantidos por lei, além de proporcionar um tratamento adequado para contribuir com o seu desenvolvimento.

#### **4.2. Educação Especial x Educação Inclusiva: Breve contexto histórico da Educação no Brasil**

O processo de reconhecimento da Educação Especial como modalidade de ensino e principalmente o reconhecimento da pessoa com deficiência como um ser capaz de aprender, foi um processo lento. Segundo Rodrigues; Capellini; Santos (2014) a educação especial no Brasil teve início em 1854 com a criação do Instituto dos Meninos Cegos e com o passar dos anos foi evoluindo através de leis que garantem melhorias para a Educação Especial, que conforme a Lei de Diretrizes e Bases- LDB (1996) é definida como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Diferente da Educação Especial, que está voltada para alunos com alguma particularidade, a Educação Inclusiva, está voltada a todos os alunos, independente de sua condição. Segundo Mantoan (2003) a inclusão escolar tem como objetivo fazer com que os alunos tenham acesso ao ensino regular desde o início de sua vida escolar e que as escolas inclusivas devem apresentar uma proposta de ensino de acordo com as necessidades de todos os alunos.

Já para Montenegro; Celeri, Casella (2018) a inclusão escolar assertiva bem feita, permite não só o desenvolvimento da criança incluída, mas também permite que as outras crianças possam vivenciar a diferença. Todos aprenderão que somos diferentes e ser diferente não significa ser melhor nem pior do que ninguém. No caso de alunos TEA, o processo de inclusão se torna essencial para que apesar de suas dificuldades, o aluno possa ter a oportunidade de ter uma aprendizagem efetiva assim como os outros alunos,

Dessa forma, a inclusão escolar leva em consideração as particularidades não só dos alunos que tenham alguma deficiência comprovada por laudo, mas também de alunos que apresentem quaisquer dificuldades que estejam influenciando diretamente em suas aprendizagens, sejam elas física, psicológicas, intelectuais ou até mesmo questões pessoais.

### **4.3. Inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro Autista - TEA: Desafios e ações que contribuem para o processo de inclusão**

O transtorno do espectro autista, ao contrário de deficiências físicas, nem sempre é perceptível com tanta facilidade. O aluno com TEA, muitas vezes tem suas características interpretadas como algo negativo. A dificuldade de interação social pode ser interpretada como um comportamento antissocial, má criação e até birra. Para Oliveira (2020) as manifestações decorrentes do autismo podem levar ao sentimento de rejeição por parte de quem não conhece as características desse transtorno.

Dessa forma, se faz necessário ter um conhecimento básico sobre o transtorno para que se possa compreender como lidar com esses alunos. STEFFEN *et al.* (2020) nos trazem a importância de profissionais da educação que possuem a infância como foco, devem estar cada vez mais preparados para se deparar com casos de autismo nas suas práticas, sendo de extrema importância o conhecimento do tema para identificação dos sinais, diagnóstico e intervenção precoce e a lei nº 14.254 (BRASIL, 2021) em seu Art. 5º, reforça essa ideia, trazendo a importância de garantir aos professores, amplo acesso à informação, e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos.

Entretanto, a responsabilidade de conhecer a temática não deve ser atribuída somente para professores e profissionais de saúde. O transtorno do espectro autista deve ser pautado em projetos institucionais, para que toda a comunidade escolar e pais tenham o conhecimento mínimo acerca da temática, saibam identificar as características e como lidar com elas, sempre visando o desenvolvimento do aluno.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de um aluno com Transtorno do Espectro Autista- TEA se trata de um processo que requer paciência e dedicação por parte de todos os envolvidos. Um aluno com TEA pode apresentar durante o seu desenvolvimento dificuldades principalmente na fala e socialização, que a depender do grau apresentado, podem interferir diretamente no processo de aprendizagem.

A partir das dificuldades apresentadas por um aluno TEA durante a sua formação, surge o principal objetivo desta pesquisa que buscou analisar ações necessárias para garantir a inclusão de alunos com TEA dentro do sistema regular de ensino para promoção de aprendizagens, além de definir os conceitos de TEA, apresentar o contexto histórico da educação especial e inclusiva no Brasil e identificar quais os desafios de inclusão do aluno com TEA, exemplificando atitudes que garantam a mesma.

A problemática apresentada se deu através da seguinte pergunta: “Quais ações são necessárias para garantir a inclusão de alunos com TEA dentro do sistema regular de ensino para promoção de aprendizagens? Para responder a esta pergunta, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, onde foram separados documentos, obras e artigos voltados à temática. A hipótese apresentada foi confirmada, pois a mesma argumenta que as dificuldades de um aluno com TEA podem ser superadas através da inclusão, com o auxílio da comunidade escolar, família e alunos.

Desse modo, durante a realização da pesquisa, evidenciou-se que primeiramente é necessário ter um conhecimento mínimo acerca do TEA para que tanto os pais quanto a instituição consigam identificar as características presentes no aluno que possam estar associadas ao transtorno, o encaminhando o mais breve possível para investigação e possível laudo.

Após o laudo, o ideal é que esse aluno frequente uma rede regular de ensino, para que através de uma educação inclusiva, tenha a oportunidade de vivenciar uma experiência e aprendizagens significativas durante o período escolar, com adaptações físicas e curriculares, caso seja necessário. A inclusão desse aluno contribui para a superação de suas dificuldades e evolução tanto pessoal, quanto de todos que estão presentes de alguma forma no ambiente escolar.

Por fim, é importante frisar que a inclusão não deve ser responsabilidade somente do professor regente, mas de todos que fazem parte do ambiente escolar, incluindo a família. É de

extrema importância que todos tenham um conhecimento mínimo acerca da inclusão escolar voltada ao aluno com TEA, para que as características desses alunos não sejam vistas com estranheza e que esse conhecimento contribua para saber a melhor maneira de lidar com esses alunos.

Durante o levantamento de dados houve certa dificuldade em localizar obras dos principais autores voltados à temática, dessa forma, grande parte dos dados apresentados tiveram como base leis e materiais voltados à medicina. Assim, sugere-se que sejam realizados mais estudos voltados à temática, porém, estudos no âmbito pedagógico, para que com dados precisos o tema seja cada vez mais relevante, auxiliando o desenvolvimento do trabalho pedagógico e compreensão da temática pela sociedade de forma geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA, American Psychiatric Association. **DSM-5**. Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788582711835. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582711835/>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

ASPERGER, Hans. Os “psicopatas autistas” na idade infantil (parte 1). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 18, p. 314-338, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/mh94bMFj6d8gQBxZFbWzSCz/?lang=pt>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 03 de setembro de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03 de setembro de 2022.

BRASIL, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2022.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 24 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>, Acesso em: 24 de setembro de 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 24 de setembro de 2022.

BRASIL. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 24 de setembro de 2022.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 29 de outubro de 2022.

BRASIL, Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. **Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14254-30-novembro-2021-792022-publicacaooriginal-164005-pl.html>. Acesso em: 06 de dezembro de 2022.

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770496/>. Acesso em: 13 out. 2022.

KANNER, Leo. Trastornos autistas del contacto afectivo. **Revista española de discapacidad intelectual Siglo Cero**, v. 36, 1943. Disponível em: <http://bloguamx.byethost10.com/wp-content/uploads/2015/04/trastornos-autismo-kanner1.pdf>. Acesso em: 11 de setembro de 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026610. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>. Acesso em: 13 out. 2022.

MONTENEGRO, Maria Austa.; CELERI, Eloisa Helena R V.; CASELLA, Erasmo B. **Transtorno do Espectro Autista - TEA: Manual Prático de Diagnóstico e Tratamento**. Brasil: Thieme Brazil, 2018. E-book. ISBN 9788554650827. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788554650827/>. Acesso em: 11 de setembro de 2022.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 18 de setembro de 2022.

RODRIGUES, Olga M. P. R. CAPELLINI, Vera L. M. F. SANTOS, Danielle A. N. **Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade**. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155246/1/unesp-nead\\_reei1\\_ee\\_d01\\_s03\\_texto02.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155246/1/unesp-nead_reei1_ee_d01_s03_texto02.pdf). Acesso em: 23 de setembro de 2022.

STEFFEN, Bruna Freitas.; DE PAULA, Izabela Ferreira.; MARTINS, Vanessa Morais Ferreira., LÓPEZ, Mónica Luján . Diagnóstico precoce de autismo: uma revisão literária. **Revista saúde multidisciplinar**. [S. l.], v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.fampfaculdade.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Art-27.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me sustentado durante os bons e maus momentos, não só durante o curso, mas por toda vida.

Agradeço a minha querida família, meus pais Antonio e Antonia, aos meus irmãos Letícia, Gabriel, Daniel e Samuel que sempre estiveram presentes me dando apoio, incentivo e compreensão durante toda a graduação, principalmente nessa reta final.

Um agradecimento em especial ao meu irmão Samuel, uma criança com Transtorno do Espectro Autista, que ao chegar a minha vida me fez conhecer a causa e se tornou minha inspiração desde a matrícula no curso até a reta final.

Agradeço aos colegas de turma por toda a parceria durante esses anos, principalmente a minha amiga Yasmim, que foi a minha base e uma dupla incrível, desde o primeiro até o último semestre.

Por fim, agradeço aos professores que durante esses anos de graduação compartilharam conhecimentos essenciais para minha formação, em especial a minha querida orientadora professora Glauciana pela disponibilidade, por todos os ensinamentos e direcionamentos durante esse período.